

Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana

Fernando Augusto Ramos Pontes
Simone Souza da Costa Silva
Marilice Garotti
Celina Maria Colino Magalhães

Resumo: A importância da teoria do apego para a psicologia do desenvolvimento se deve ao fato de esta oferecer elementos conceituais básicos que permitem pensar os vínculos afetivos do sujeito humano ao longo do ciclo de vida. Os postulados de Bowlby e Ainsworth têm se mostrado passíveis dos ajustes demandados pela psicologia contemporânea que tem considerado o desenvolvimento como um fenômeno multideterminado que sofre a ação das variáveis que constitui o contexto no qual o sujeito se encontra inserido. Na perspectiva sistêmica, a noção de contexto envolve não apenas sua natureza física, mas também os elementos simbólicos e sociais. Entre estes se destacam os vínculos primordiais estabelecidos pelo indivíduo. As pesquisas recentes em apego destacam que não apenas os elementos individuais, isto é, as características dos sujeitos envolvidos na relação, mas também os fatores contextuais influenciam na formação dos vínculos afetivos. Assim, a dinâmica do apego está sujeita à ação de fatores de natureza individual, relacional e contextual. O objetivo deste artigo é discutir as mudanças em torno do conceito de apego e refletir sobre a necessidade de uma perspectiva integradora dos postulados iniciais com as novas vertentes sistêmicas e culturais presentes na literatura.

Palavras-chave: teoria do apego, relação, sistemas, família.

Attachment Theory: Elements for a systematic conception of human bonding

Abstract: The importance of attachment theory for developmental psychology refers to the fact that it includes the basic conceptual elements for examining the nature of affective bonding in humans across the life span. Bowlby's and Ainsworth's postulates have not been amenable to adjustments demanded by contemporary psychology that conceives of development as a multidetermined phenomenon affected by variables within the individual's social context. According to the systemic perspective, the notion of "context" goes beyond physical properties and includes symbolic and social elements of primary inter-individual bonding. Recent research in attachment emphasizes not only individual relationships, but also considers the contextual factors that influence affective bonding. Thus, the dynamics of attachment is subject to individual, relational and contextual factors. This article seeks to describe changes in the concept of attachment and stresses the necessity of an integrative perspective, incorporating earlier postulates with more contemporary theoretical reformulations that focus on cultural and systemic constraints.

Key words: Attachment theory, relationships, systems, family.

Introdução

Desde sua formulação, os postulados da teoria do apego têm fomentado inúmeras investigações sobre o desenvolvimento humano e, atualmente, pode-se dizer, é uma das temáticas mais provocantes da Psicologia do Desenvolvimento. A dinâmica desta área revela-se tanto pela intensa produção teórica, na qual se pode identificar a convergência de perspectivas de bases biológicas e culturalistas, quanto pela contribuição prática que tem fundamentado a postura clínica (Bowlby, 1988; Byng-Hall, 1991; Johnson & Whiffen, 2003), educacional (Geddes, 2006) e vários programas de intervenção preventiva (Moore, Moretti & Holland, 1998; Moretti, Holland, Moore & McKay, 2004).

Pode-se dizer que as investigações giram em torno de aspectos clássicos e contemporâneos da teoria do apego. Por aspectos clássicos, entendem-se aqueles que fundamentaram a formulação de Bowlby (1969/1990), como por exemplo, a relevância da sensibilidade materna para o desenvolvimento dos padrões de apego e a natureza transgeracional do vínculo mãe-criança. Nesta área situam-se, dentre outros, os trabalhos de Benoit e Parker (1994), Graves (1976) e de Robson e Moss (1979).

Os aspectos contemporâneos, apesar de sinalizados, de algum modo, por Bowlby (1969/1990), remetem a temas derivados da teoria ou inspirados por esta, convergindo com outras áreas da psicologia, como por exemplo, as relações maritais e apego, apego e competência social, apego e relações entre irmãos, apego e contexto de desenvolvimento e apego e cultura (Braungart-Rieker, Courtney & Garwood, 1999; Erdman & Caffery, 2003; Harwood, Miller & Irizarry, 1995; Rosen & Burke, 1999; Van Bakel & Riksen-Walraven, 2002; Van IZendoorn & cols., 2000).

Além da tendência contemporânea em investigar temáticas geradas pelo modo de vida moderno, nota-se que as mudanças internas na área de apego acompanham as mudanças paradigmáticas da produção de conhecimento científico. Os herdeiros de Bowlby e Ainsworth têm se debruçado sobre questões epistemológicas centrais para o futuro da teoria, como por exemplo, as implicações da natureza conceitual de apego adotada nas diferentes pesquisas. A Edição Especial de 2002 do importante periódico *Family Process* tornou-se um marco importante na área. Seu conteúdo buscava expressar, com base em resultados consistentemente obtidos por meio de diferentes metodologias, os elementos que se mantiveram e os que foram adicionados à teoria desde sua formulação original.

Inspirado na edição especial de *Family Process*, o objetivo do presente artigo é, a partir de uma reflexão sobre como o conceito de apego tem sido tratado na literatura, discutir as perspectivas colocadas pelas demandas de outras disciplinas, pelo próprio movimento interno da área e pelas mudanças relacionais em curso na modernidade. Entende-se que tal reflexão seja útil para repensar, de modo mais amplo, as variáveis envolvidas no fenômeno da vinculação humana, possibilitando, deste modo, propostas teórico-metodológicas compatíveis com tal complexidade.

A partir de um breve histórico da teoria do apego, será discutida a tendência contemporânea dos estudos desta área, destacando as mudanças internas à teoria,

principalmente no que se refere à definição do conceito de apego. Neste sentido, será destacada a contribuição de estudos envolvendo a família para a análise dos vínculos mãe-criança.

Breve histórico da teoria do apego

Influenciado pela etologia, Bowlby (1969/1990) postulou que pressões evolutivas levaram os filhotes, particularmente os mamíferos, a desenvolverem estratégias comportamentais peculiares em sua relação com o cuidador, tal como manter-se próximo da figura de intenso cuidado (figura de apego). Assim, a função básica do apego nas diferentes espécies e, com destaque para a relação mãe-bebê primata, seria a proteção contra os predadores.

Adicionalmente, Ainsworth, Blehar, Waters e de Wall (1978) sugeriram que a figura de apego funcionaria, também, como uma base-segura que permitiria à criança explorar o ambiente. O apego pode, deste modo, ser compreendido como o conjunto de comportamentos do bebê que se caracteriza não somente pela busca de proximidade física da mãe, mas também pela exploração do ambiente. As relações estabelecidas nestes contextos darão base à organização de modelos de funcionamento psicológico (working models) e a estilos de regulação de emoções, os quais, posteriormente, poderão ser generalizados para situações similares. Bowlby (1969/1990) conceitua os modelos de funcionamento como regras aprendidas que governam os processos externos e internos de informação sobre as relações.

Segundo a teoria do apego, a busca de proximidade física da mãe e a exploração do ambiente surgem no decorrer do primeiro ano de vida e permanecem intensas durante a primeira infância. Aos três ou quatro anos, esses comportamentos vão diminuindo e sua forma de expressão se modifica (Ainsworth & cols., 1978). Em um primeiro momento, as crianças são predispostas a formar vínculos afetivos com um pequeno número de cuidadores, procurando-os como uma fonte de conforto quando as condições são ótimas, e como fonte de segurança em momentos estressantes. Posteriormente, os modelos internos de funcionamento e os estilos de regulação de emoções, desenvolvidos com as relações iniciais, darão base para o estabelecimento de relações com outras pessoas, inclusive com parceiros de brincadeiras (Ainsworth & Bowlby, 1991).

De acordo com Countreras, Kerns, Weimer, Gentzler e Tomich (2000), a teoria do apego entende os estilos de regulação de emoções como processos intrínsecos e extrínsecos responsáveis pelo monitoramento, avaliação e modificação das reações emocionais. Nesse sentido, para Bowlby (1969/1990) as relações de apego seguro colaboram com o desenvolvimento de modelos internos caracterizados por valorização e apoio. Nessas relações, as crianças aprendem expectativas sociais positivas e um entendimento rudimentar de trocas recíprocas. Por outro lado, nas relações de apego inseguro não há predomínio de sentimento de segurança e valorização. Em função de interações aversivas, a criança pode desenvolver expectativas negativas, especialmente, em torno da disponibilidade dos outros em momentos de necessidade e estresse, evidenciando, posteriormente, insensibilidade, raiva, agressão e falta de empatia nas relações subseqüentes.

A definição do conceito de apego possibilitou a Bowlby e colaboradores explorar mais detalhadamente os fatores que o determinam. Uma das noções mais bem aceitas foi a formulada por Ainsworth (1969), que considera estar o padrão de apego diretamente ligado à qualidade da relação estabelecida entre a mãe e a criança. Para verificar tal relação, a autora construiu um instrumento para coleta de aspectos mais qualitativos do padrão de apego infantil, a “*Situação do Estrangeiro*”. Com base nos dados obtidos, Ainsworth classificou as crianças em *seguramente apegadas* e *inseguramente apegadas*. Bebês seguramente apegados constroem um modelo de mãe disponível mesmo quando não podem vê-la, e é por isso que protestam menos na separação e são mais receptivos no reencontro. Por outro lado, bebês inseguramente apegados choram muito na ausência e mesmo na presença da mãe.

Para Ainsworth (1969), o choro é indicativo da ansiedade que está por trás de toda insegurança. Assim, classifica os bebês inseguros em ansiosos/esquivos e ansiosos/ambivalentes (ou resistentes). Os ansiosos/esquivos comportam-se de modo semelhante na presença da mãe e do estranho. Na separação são indiferentes à suas mães e no reencontro não buscam conforto nestas, colocando-se em posição contrária a elas ou movendo-se na direção oposta. São também mais propensos a comportamentos de raiva. Os ansiosos/ambivalentes, ou resistentes, mostram limitado comportamento exploratório, sempre demonstram aflição e choro diante da separação, e no reencontro, exibem uma mistura de raiva e busca de proximidade, além do fato de suas mães não conseguirem confortá-los ou acalmá-los.

Embora haja uma grande concordância no que diz respeito à classificação desenvolvida por Ainsworth (Belsky, Campbell, Cohn & Moore, 1996; Benoit & Parker, 1994; Main & Solomon 1990), o mesmo não pode ser afirmado com relação ao constructo do apego. Se por um lado as formulações de Bowlby e Ainsworth não impediam a possibilidade de analisar o apego a partir de outras perspectivas, seus enfoques priorizavam os aspectos individuais do processo de vinculação, os modelos internos de funcionamento que estruturam o modo como o sujeito se relacionará em outros contextos. Atualmente, nota-se a busca de perspectivas que ofereçam uma visão mais relacional e contextual.

A natureza relacional e contextual do apego

A partir da década de 80 um conjunto de trabalhos apresenta novas proposições quanto à dinâmica do apego. Partindo da noção tradicional de que os padrões de relação mãe-criança decorrem, em grande parte, das características maternas, principalmente da sensibilidade da mãe, Claussen e Crittenden (2000) sugerem que, embora tenha sido freqüentemente tratada como uma variável intra-pessoal, a leitura cuidadosa da definição de sensibilidade materna apresentada por Ainsworth (1969) é, de fato, um constructo diádico. Nesta perspectiva, Oppenheim, Koren-Karie e Sagi (2001) consideram que a sensibilidade materna, e conseqüentemente, os padrões de apego, só podem ser compreendidos quando imersos no contexto relacional do encontro do cuidador com criança específica.

Assim, a sensibilidade materna deixa de ser considerada como influenciada apenas pela história dos vínculos afetivos da mãe (Bowlby, 1969), para ser compreendida como resultante das características dos pares que compõem as interações cuidador-criança. Ou seja, a sensibilidade dos pais é influenciada não apenas por sua história individual, mas também pela capacidade infantil de sinalizar aos cuidadores suas necessidades (Claussen & Crittenden, 2000).

Seguindo a noção de que as características infantis influenciam o desenvolvimento dos padrões de apego, inúmeras pesquisas foram conduzidas com o objetivo de identificar a relevância de fatores intrínsecos à criança, como por exemplo, gênero, temperamento, idade e ordem de nascimento (Belsky & Rovine, 1987; Fagot & Kavanagh, 1993; Krepnner, 1988; Krepnner, Paulsen, & Schuetze, 1982; Lavelli & Fogel, 2002; Mangerlsdorf, Gunnar, Kestenbaum, Lang & Andréas, 1990). No geral, os resultados indicam que algumas características infantis, tais como temperamento, irritabilidade, falta de atenção e impulsividade, interferem nas relações entre pais e filhos.

Além das preocupações com papel infantil no desenvolvimento do apego, a qualidade dos vínculos conjugais também vem sendo bastante investigada. Estes estudos relacionam o processo de apego com a qualidade dos vínculos conjugais, associando dois níveis de relação, isto é, o vínculo marital e o vínculo parental. Segundo Frosch, Mangelsdorf e McHale (2000), casais que partilham emoções positivas em seus casamentos e se engajam em trocas afetivas satisfatórias têm crianças emocionalmente seguras, capazes de expressar sentimentos adequados e de regular suas emoções negativas no contexto das relações.

Para além da inter-relação entre a qualidade da relação conjugal e padrões de apego, Dunn, Deater-Deckard, Pickering e Golding (1999) tentaram relacionar o subsistema marital com o subsistema fraterno, avaliando a interdependência entre variações nas relações entre os irmãos, características iniciais das relações maritais e relações atuais da mãe e do pai com a criança. A qualidade das relações maritais estava associada às diferenças individuais do comportamento das crianças: baixa afeição e altos níveis de hostilidade entre os pais se correlacionavam com os comportamentos negativos do irmão mais velho dirigidos ao mais novo. Por outro lado, a amizade do mais velho com o mais novo estava associada às características positivas da relação marital.

De forma similar, conflito e a hostilidade entre os irmãos podem conduzir a conflitos entre a criança com a mãe ou com o pai, e vice-versa e, por sua vez, relações positivas e amistosas entre irmãos podem contribuir para e que os pais sejam menos irritados e punitivos nas interações com suas crianças (Dunn & cols., 1999).

A perspectiva relacional permite que o pesquisador vá além da díade mãe-criança ou cuidador-criança. Mais do que pensar o apego enquanto um fenômeno relacional, essa visão analisa o processo em seu contexto. Embora as pesquisas indiquem as relações maritais como constituintes do núcleo relacional da vida familiar, a análise contextual permite pensar o apego associado a fatores que extrapolam o contexto familiar. Krepnner (2000) e Tudge e colaboradores (2000) indicam que além das figuras parentais, contextos como a escola, o trabalho, a família estendida, entre outros, exercem influência sobre o desenvolvimento infantil.

Braungart-Rieker e colaboradores (1999) investigaram o papel desempenhado pelos arranjos familiares para o desenvolvimento da relação mãe-criança. Os resultados indicaram que em famílias cujas mães de meninos trabalhavam o dia todo, medidas sobre sensibilidade materna não prevêem o apego seguro. Por outro lado, para meninas ou crianças em famílias cujas mães trabalhavam somente um horário, a sensibilidade foi associada ao apego seguro. Neste sentido, os efeitos da sensibilidade materna dependem dos arranjos familiares dos grupos investigados. No entanto, os autores sugerem que a forte relação entre apego e sensibilidade materna, encontrada no modelo original da teoria do apego, talvez seja decorrência da grande quantidade de estudos baseados no contexto de família tradicional.

A discussão sobre o impacto do tempo ocupado com atividades de trabalho sobre a relação mãe-criança aponta a influência do estresse no processo de apego. Resultados obtidos por Vaughn, Egeland, Sroufe e Waters (1979) indicam que cuidadores estressados apresentavam mais dificuldade em responder sensivelmente às demandas infantis. Porém, o estresse parental pode atuar de modo menos intenso quando os cuidadores dispõem de uma rede social que lhes ofereça apoio (Crockenberg, 1981).

Apesar das tentativas de olhar o fenômeno do apego de modo contextualizado, Donley (1993) privilegia o espaço da família e ressalta a escassez dos estudos que se propõem investigar o apego nesse micro-contexto. Embora a perspectiva contextual esteja apoiada no modelo sistêmico, que considera o apego como um constructo embutido numa rede dinâmica de relações, para Donley (1993), o conhecimento disponível ainda não expressa a compreensão de todos os componentes da rede na qual o apego está inserido. Assim, entender o funcionamento do sistema familiar em sua totalidade seria um requisito indispensável para a discussão dos padrões de apego.

A natureza sistêmica do apego: um olhar sobre a família

A visão da família como um “nicho ecológico primário” que ocupa papel de destaque na história de vida do sujeito não é recente. Contudo, foi somente quando a etologia humana enfatizou a importância dos cuidadores primários para o desenvolvimento infantil, que a família foi descoberta pelos pesquisadores e passou a ser considerada como um contexto diretamente associado ao desenvolvimento humano (Kreppner, 2000).

Enfatizar o estudo da família como o contexto no qual o apego se desenvolve, demanda mudanças teórico-metodológicas nem sempre assimiladas pelos pesquisadores. Segundo Donley (1993), os estudos de apego no contexto familiar têm focalizado apenas uma ou duas relações. Mesmo as pesquisas que associam vínculo parental e relação conjugal, que constituem uma forte área de investigação, descrevem, na maioria das vezes, o fenômeno em um dado momento pontual, ou seja, não conseguem identificar como as relações são afetadas por fatores externos no decorrer do tempo.

Um segundo problema apontado por Donley (1993) nas pesquisas que investigam os padrões de apego na família, refere-se à natureza conceitual subjacente ao

delineamento metodológico adotado. Em sua maioria, estes estudos fundamentam-se no modelo sistêmico e reconhecem a família como um todo integrado, mas metodologicamente, continuam a tratar as relações como diádicas. Muitos autores (Cowan, 1997; Donley, 1993; Marvin & Stewart, 1990; Minuchin, 1985) apontam que observações em contextos diádicos geram informações diferentes daquelas obtidas em relações triádicas e em contexto familiar mais amplo, o qual permite um entendimento mais integrado dos padrões de apego. Por exemplo, analisar a relação pai-criança dissociada da relação mãe-criança não permite identificar os elos sistêmicos existentes entre elas, impedindo a compreensão destas relações como parte uma das outras. Além disto, todas as relações dentro desta configuração não são igualmente influenciadas.

Os achados recentes apontam para uma perspectiva sistêmica coerente com o modelo bioecológico de análise proposto por Bronfenbrenner (1996), que permite ao pesquisador visualizar os diferentes níveis contextuais que atuam sobre o processo de apego. O modelo é formulado com base em quatro aspectos que considerados fundamentais: pessoa, processo, contexto e tempo.

Os níveis variam desde os mais imediatos, denominados por Bronfenbrenner de microsistemas, onde se estabelecem, por exemplo, as relações face-a-face, até aqueles níveis mais distais, denominados macrosistemas. Neste nível, as relações são influenciadas por elementos simbólicos, tais como as crenças e valores, ou seja, pela cultura.

Entre o microsistema e o macrosistema, Bronfenbrenner (1996) propõe outros dois níveis, o mesossistema e o exossistema, sendo o primeiro constituído pelas trocas entre dois microsistemas, e o segundo, por contextos onde o sujeito do desenvolvimento não se encontra diretamente envolvido, mas é influenciado pelas relações que aí se estabelecem.

Afora estes quatro níveis contextuais, Bronfenbrenner (1996) ainda destaca o cronossistema, caracterizado pela passagem do tempo que pode se dar em dois níveis: o tempo histórico-social e o tempo do indivíduo, sua ontogênese.

A proximidade entre teoria do apego e teoria dos sistemas tem gerado uma das vertentes mais efervescentes na psicologia do desenvolvimento. O modelo bioecológico, dada sua perspectiva sistêmica, contribui com as pesquisas sobre apego ao oferecer uma estrutura organizacional para os fatores que podem explicar o processo de formação dos vínculos humanos. Recentemente Kozłowska e Hanney (2002) sugeriram que a análise da relação entre apego e teoria dos sistemas pode ocorrer de modo mais apropriado a partir de uma avaliação em rede.

O modelo de rede proposto por Kozłowska e Hanney (2002) parte de uma característica fundamental dos sistemas vivos: tendência a formar estruturas constituídas por diferentes níveis de sistemas dentro de sistemas (Capra, 1997). Ainda que cada sistema permaneça distinto, ele é também, parte de um todo mais complexo, o qual vai torná-lo diferente de si mesmo. Neste sentido, os níveis de complexidade estão inter-relacionados e interconectados, isto é, um não pode existir sem o outro. Como cada estrutura sistêmica conecta-se a outras estruturas de diferentes modos, o conhecimento acerca de um fenômeno será sempre aproximado e nunca absoluto.

Compreender a díade e os sistemas familiares como distintos e, ao mesmo tempo,

interconectados, além de permitir a integração da teoria dos sistemas com a teoria do apego, implica a habilidade de reconhecer cada nível como distinto e interconectado com outros níveis. As relações diádicas, triádicas e familiares representam estruturas sistêmicas distintas que possuem propriedades e leis únicas. Cada um destes níveis constitui uma parte do todo e, simultaneamente, constituem um todo. Deste modo, um construto que descreva os padrões de interação de uma díade provê informações úteis e únicas para a compreensão do todo, mas, por outro lado, não permite capturar os padrões de interação na família. Portanto, é necessário compreender não apenas as propriedades únicas da díade e da família, mas também as relações entre estes dois níveis de complexidade.

Hill, Fonagy, Safier e Sargent (2003), ressaltando a carência de uma teoria que ajude a pensar a interdependência entre os processos familiares e individuais, sugerem que a teoria do apego seria uma ferramenta teórica adequada a tal propósito, uma vez que os processos de apego podem ser descritos nos níveis individual, diádico e familiar. Para esses autores, as experiências partilhadas sistemicamente e aquelas vividas individualmente são complementares. Ainda segundo os autores, esta perspectiva complementar pode ser compreendida como uma visão ecológica do apego. O termo ecologia é usado para fazer referência à combinação dos aspectos interacionais e relacionais de um fenômeno, no caso, do apego, que se movimenta dentro do contexto familiar. A perspectiva ecológica do apego pode ser identificada em inúmeras pesquisas cujos objetivos vão além do contexto imediato no qual o padrão de apego se processa, ou seja, vão além da família. Tais estudos estendem-se para espaços em que o grupo familiar se encontra inserido, isto é, na cultura.

Ecologia do apego: família e cultura

Segundo Tudge e cols. (2000), cultura consiste em um grupo de pessoas que são vistas por outros, ou por si mesmas, como pertencentes a um agrupamento por partilharem valores, crenças, práticas e recursos, os quais, por sua vez, são transmitidos aos mais jovens do grupo. Os elementos constitutivos dos grupos permeiam as relações entre cuidador e criança e estabelecem modos peculiares de construção e manutenção dos padrões de apego. Estes modos, também denominados de práticas, assim como as representações em torno dos vínculos, constituem o que pode ser chamado de cultura de apego.

Com base na noção de cultura de apego, Sagi e cols. (1997) identificaram as práticas noturnas de cuidados dispensados aos bebês nos *kibutzs* israelenses. Nestes, as crianças, no período da noite, são separadas de suas mães e colocadas para dormir em espaços coletivos sob os cuidados de uma única pessoa que muda semanalmente. Embora sejam membros regulares do *kibutz*, essas pessoas não são os familiares e, dado o grande número de crianças, torna-se impossível responder prontamente às necessidades infantis. As conclusões indicaram que este modo de organizar a rotina noturna dos bebês configura um hábito compatível com representações mais gerais em torno do papel dos pais no desenvolvimento infantil, assim como no que se refere às necessidades reais da criança.

As peculiaridades culturais relativas às práticas de cuidados também foram descritas por Vereijen, Riksen-Walraven e Kondo-Ikemura (1997), que investigaram os níveis de proximidade e distanciamento de mãe americanas e japonesas. Os resultados indicaram que os padrões de interação de mães americanas com seus bebês envolvem menos contato físico, enquanto as mães japonesas desenvolvem modos mais próximos de interação, com intenso contato físico.

Diante de padrões relacionais distintos, parece óbvio supor que os padrões de apego sejam revelados em comportamentos infantis peculiares, compatíveis com as práticas adotadas por seus cuidadores nos diferentes contextos culturais. Neste sentido, Vereijen e cols. (1997) apontam para a necessidade de as pesquisas sobre apego utilizarem métodos de investigação adaptados às características comportamentais de cada cultura, sem, no entanto, perder de vista as crenças e os valores de cada contexto, pois os indicadores de sensibilidade materna ou de apego podem diferir em função da cultura.

Considerações finais

Partindo da ênfase nos aspectos individuais do construto de apego, os quais caracterizavam o sujeito em termos de modelos de funcionamento mental, passando pelo enfoque em termos relacionais essencialmente diádicos (relação mãe-criança) e chegando, finalmente, a uma abordagem sistêmica que considera diferentes níveis de influência sobre as relações, os construtos básicos da teoria do apego passaram por várias re-estruturações.

No entanto, tal re-estruturação, em nosso entender, não reflete descrédito ou invalidação de seus pressupostos básicos. Toda sua fundamentação, ancorada em termos evolutivos e funcionais, demarca um fenômeno de relevância inquestionável para a compreensão da constituição de nossa espécie e, por esse motivo, apresenta implicações práticas indiscutíveis.

Esse processo de transição que a teoria do apego atravessa, pode estar refletindo as mudanças mais gerais pelas quais passa a Psicologia do Desenvolvimento. Nas últimas décadas, impulsionado por novas descobertas científicas, o conceito de desenvolvimento adquiriu uma versão mais complexa, passando a ser visto como um fenômeno multideterminado (Bronfenbrenner & Evans, 2000), sujeito à ação de fatores de natureza distinta e que variam no decorrer do tempo. Esta perspectiva rompe com as tendências unilaterais que marcaram a Psicologia ao longo de sua história, caracterizada ora pela ênfase nos aspectos biológicos e inatos, ora pela ênfase sobre fatores ambientais e culturais.

A ampliação simultânea do conceito de desenvolvimento e de apego faz sentido na medida em que se pensa neste último como um processo básico que permite compreender as mudanças cognitivas, emocionais e sociais do sujeito em desenvolvimento.

Por sua vez, a sofisticação teórico-conceitual acarretou um aprimoramento metodológico que possibilitou enfrentar essa empreitada. Entende-se que o modelo

bioecológico de Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 1979/1996; Bronfenbrenner & Ceci, 1994) permitiu a sistematização dos diferentes níveis contextuais envolvidos na formação dos padrões de apego. Olhar para a vinculação humana em multiníveis ecológicamente situados e embutidos em um sistema dinâmico de rede de relações, ocasionou maior compreensão da complexidade do fenômeno do apego.

A compreensão do apego humano, apesar da recente introdução de variáveis mais complexas no modelo teórico, não pode, de modo algum, prescindir das contribuições originais da teoria, principalmente de seus fundamentos etológicos (biológicos), que possibilitam a própria existência desse fenômeno. No entanto, Belsky (1995) considera que o conceito de contexto adotado por Bronfenbrenner não explora seu aspecto evolutivo. Neste sentido, além da estrutura apresentada no modelo bioecológico, Belsky (1995) enfatiza a contribuição da teoria evolucionista para a compreensão e discussão do fenômeno. Portanto, a tarefa posta para a teoria do apego consiste em integrá-la ao modelo sistêmico sem abandonar os fundamentos evolucionistas que lhe dão sentido.

Referências

- Ainsworth, M. D. S. (1969). Object relationships, dependency, and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development, 40*, 969-1026.
- Ainsworth, M. D., & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist, 46*, 333-341.
- Belsky, J. (1995). Expanding the ecology of human development: An evolutionary perspective. Em P. Moen, G. Elder & K. Luscher (Orgs.), *Examining lives and contexts: Perspectives on the ecology of human development* (pp.545-562). Washington, DC: APA Books.
- Belsky, J., Campbell, S. B., Cohn, J. F., & Moore, G. (1996). Instability of infant-parent attachment security. *Developmental Psychology, 32*, 921-924.
- Belsky, J., & Rovine, M. (1987). Temperament and attachment security in the Strange Situation: An empirical reappraisal. *Child Development, 58*, 787-795.
- Benoit, D., & Parker, K. C. H. (1994). Stability and transmission of attachment across three generations. *Child Development, 65*, 1444-1456.
- Bowlby, J. (1988). *A Secure Base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York : Basic Books.
- Braungart-Rieker, J., Courtney, S., & Garwood, M. M. (1999). Mother-and-father-infant attachment families in context. *Journal of Family Psychology, 13*, 535-553.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. (M.A.Veríssimo, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development, 9*, 115-125.

- Byng-Hall, J. (1991). The application of attachment theory to understanding and treatment in family therapy. Em C. M. Parkes, J. Stevenson-Hinde, & P. Harris (Orgs.), *Attachment across the life cycle*(pp.199-215). New York: Routledge.
- Capra, F. (1997). *The web of life: A new synthesis of mind and matter*. London: Flamingo.
- Claussen, A. H., & Crittenden, P. M. (2000). Maternal sensitivity. Em P.M. Crittenden & A. H. Claussen (Orgs.), *The organization of attachment relationships: Maturation, culture and context* (pp. 115-122). New York: Cambridge University Press.
- Coutreras, J. M., Kerns, K. A., Weimer, B. L., Gentzler, A. L., & Tomich, P. L. (2000). Emotion regulation as a mediator of associations between mother-child attachment and peer relationships in middle childhood. *Journal of Family Psychology, 14*, 111-124.
- Cowan, P.A. (1997). Beyond meta-analysis: A plea for a family systems view of attachment. *Child Development, 68*(4), 601-603.
- Crockenberg, S. B. (1981). Infant irritability, mother responsiveness, and social support influences on the security of infant-mother attachment. *Child Development, 52*, 857-865.
- Donley, M. G. (1993). Attachment and the emotional unit. *Family Process, 32*, 3-30.
- Dunn, J., Deater-Deckard, K., Pickering, K., Golding, J., & ALSPAC Study Team (1999). Siblings, parents and partners: Family relationships within a longitudinal community study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 40*, 1025-1037.
- Erdman, P., & Caffery, T. (2003). *Attachment and Family Systems: Conceptual, empirical, and therapeutic relatedness*. Hove: Brunner-Routledge,
- Fagot, B. I., & Kavanagh, K. (1993). Parenting during the second year: Effects of children's age, sex, and attachment classification. *Child Development, 64*, 258-271.
- Frosch, C. A., Mangelsdorf, S. C., & McHale, J. L. (2000). Marital behavior and the security of preschooler-parent attachment relationships. *Journal of Family Psychology, 14*, 144-161.
- Geddes, H. (2006). *Attachment in the Classroom: The Links Between Children's Early Experience, Emotional Well-being and Performance in School*. London. Worth Publishing
- Graves, L. (1976). Nutrition, infant behavior and maternal characteristics: A pilot study in West Bengal, India. *American Journal of Clinical Nutrition, 29*, 305-319.
- Harwood, R. L., Miller, J. G., & Irizarry, N. L. (1995). *Culture and attachment: Perceptions of the child in context*. New York: The Guilford Press.
- Hill, J., Fonagy, P., Safier, E., & Sargent, J. (2003). The Ecology of attachment in the family. *Family Process, 42*, 205-221.
- Johnson, S., & Whiffen, V. (2003). *Clinical applications of attachment theory*. New York: Guildford.
- Kozlowska, K., & Hanney, L. (2002). The network perspective: an integration of attachment and family systems theories. *Family Process, 43*, 285-312.
- Krepnner, K. (1988). Changes in parent-child relationships with the birth of the second child. *Marriage and Family Review, 12*, 157-181.
- Krepnner, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathway's. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16*, 11-22.

- Kreppner, K., Paulsen, S., & Schuetze, Y. (1982). Infant and family development: From triads to tetrads. *Human Development*, 25, 373-391.
- Lavelli, M., & Fogel, A. (2002). Developmental changes in mother-infant face-to-face communication: Birth to 3 months. *Developmental Psychology*, 38, 288-305.
- Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. Em M. T. Greenberg, D. Cicchetti & E. M. Cummings (Orgs.), *Attachment in preschool years* (pp. 121-160). Chicago: University of Chicago Press.
- Mangelsdorf, S., Gunnar, M., Kestenbaum, R., Lang, S., & Andreas, D. (1990). Infant proneness-to-distress temperament, maternal personality, and infant-mother attachment: associations and goodness of fit. *Child Development*, 61, 820-831.
- Marvin, R. S., & Stewart, R. B. (1990). A family systems framework for the study of attachment. Em M.T. Greenberg, D. Cicchetti & E.M. Cummings (Orgs.), *Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp.51-86). Chicago: University of Chicago Press.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302.
- Moore, K., Moretti, M. M., & Holland, R. (1998). A new perspective on youth care programs: Using attachment theory to guide interventions with troubled youth. *Residential Treatment for Children and Youth*, 15, 1-24.
- Moretti, M., Holland, R., Moore, K., & McKay, S. (2004). An attachment-based parenting program for caregivers of severely conduct disordered adolescents: Preliminary findings. *Journal of Child and Youth Care Work*, 19, 170-178.
- Oppenheim, D., Koren-Karie, N., & Sagi, A. (2001). Mothers' empathic understanding of their preschoolers' internal experience: Relations with early attachment. *International Journal of Behavioral Development*, 25, 16-26.
- Robson, K. S., & Moss, H. A. (1979). Patterns and determinants of maternal attachment. *Journal of Pediatrics*, 77, 976-985.
- Rosen, K. S., & Burker, P. B. (1999). Multiple attachment relationships within families: Mothers and fathers with two young children. *Developmental Psychology*, 35, 436-444.
- Sagi, A., Van Ijzendoorn, M., Scharf, M., Joels, T., Koren-Karie, N., Mayseless, O., & cols. (1997). Ecological constraints for intergenerational transmission of attachment. *International Journal of Behavioral Development*, 20, 287-299.
- Tudge, J., Hayes, S., Doucet, F., Otero, D., Kulakova, N., Tammeveski, P., & cols. (2000). Parent's participation in cultural practices with their preschoolers. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 16, 01-11.
- Van Bakel, H. J. A., & Riksen-Walraven, M. (2002). Quality of infant-parent attachment as reflected in infant interactive behaviour during instructional tasks. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 387-394.
- Van Ijzendoorn, M. H., Moran, G., Belsky, J., Pederson, D., Bakermans-Kraenburg, M. J., & Kneppers, K. (2000). The similarity of siblings' attachments to their mother. *Child Development*, 71, 1086-1098.
- Vaughn, B. E., Egeland, B., Sroufe, L. A., & Waters, E. (1979). Individual differences in infant-mother attachment at twelve and eighteen months: Stability and change in families under stress. *Child Development*, 50, 971-975.

Vereijen, C. M. J. L., Riksen-Walraven, M., & Kondo-Ikemura, K. (1997). Maternal sensitivity and infant attachment security in Japan: A longitudinal study. *International Journal of Behavioral Development, 21*, 35-49.

Recebido em novembro de 2006

Aceito em abril de 2007

Fernando Augusto Ramos Pontes: doutor em Psicologia Experimental (USP); professor da Universidade Federal do Pará; orientador do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Simone Souza da Costa Silva: doutora em Psicologia (UNB); professora da Universidade Federal do Pará;

Marilice Garotti: doutora em Psicologia Experimental (USP); professora da Universidade Federal do Pará e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Celina Maria Colino Magalhães: doutora em Psicologia Experimental (USP); professora da Universidade Federal do Pará; orientadora do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Endereço para correspondência: fernando.pontes@pesquisador.cnpq.br